



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

N^{os} 38/39

Setembro – Outubro – 2003



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

S U M Á R I O

**UM BALANÇO DA REUNIÃO DA OMC
EM CANCÚN**
AMADO LUIZ CERVO

**COSÌ FAN TUTTE: O DRAMA JOCOSO
DA CLASSIFICAÇÃO DAS FARC COMO
ORGANIZAÇÃO TERRORISTA**
CLARITA COSTA MAIA

**PROTESTOS EM HONG KONG –
PREOCUPAÇÕES EM PEQUIM E TAIPE**
PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

**LAS RELACIONES CON BRASIL O LA
ABSURDA TENTACIÓN DE LA
CONFRONTACIÓN**
*ADRIANA DREYZIN DE KLOR
DIEGO P. FERNÁNDEZ ARROYO*

A DESORDEM
CRISTINA SOREANU PECEQUILO

**PÓS-II GUERRA DO GOLFO: A PERDA
DO NORTE POLÍTICO INICIAL DOS
ESTADOS UNIDOS**
VIRGÍLIO ARRAES

**RENASCEU O TERCEIRO MUNDO EM
CANCÚN? PERSPECTIVAS AFRICANAS**
WOLFGANG DÖPCKE

**FORMOSA SERÁ SEMPRE “FORMOSA”,
MESMO QUE CHAMADA POR
OUTRO NOME**
PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

11/09: DOIS ANOS
CRISTINA SOREANU PECEQUILO

**LULA NA ÁFRICA – A POLÍTICA
AFRICANA E A COOPERAÇÃO SUL-SUL**
WOLFGANG DÖPCKE

Um balanço da reunião da OMC em Cancún

Amado Luiz Cervo*

A reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada no balneário mexicano de Cancún, terminou aos tropeços, a 14 de setembro, sem produzir resultados importantes. Esperavam-se decisões acerca de dois temas incluídos na agenda da OMC em reuniões anteriores. O primeiro tema de Cancún foi o comércio de produtos agrícolas, agendado na rodada de Doha de 2001. O segundo, o tema da sujeição de investimentos, concorrência, compras governamentais e facilidades das trocas às regras do próprio comércio internacional, vindo da longínqua rodada de Cingapura de 1996. O primeiro era de interesse dos países em desenvolvimento, o segundo dos países ricos.

Em que pese o reconhecimento do fracasso da reunião, tributado pelos delegados dos países ricos à intransigência dos pobres e por estes à intransigência dos ricos, a negociação do comércio agrícola vai prosseguir na sede da OMC em Genebra. Convém, portanto, aguardar até 1 de janeiro de 2005, data prevista para conclusão da rodada de Doha, para se falar em malogro, caso não se chegue ao acordo.

A diplomacia brasileira foi a grande vencedora de Cancún ao impedir que o comércio agrícola prosseguisse dando cobertura aos interesses da União Européia e dos Estados Unidos, por efeito de manobras diplomáticas dos países que detêm maior poder mundial. O Ministro Celso Amorim ergueu uma obra de gênio da engenharia política, criando o G-21 (ou G-mais, como ele prefere chamar), grupo de países em desenvolvimento que reúne mais de 55% da população mundial. O grupo negociou em pé de igualdade com os ricos a liberalização do comércio agrícola.

Os países ricos gastam atualmente cerca de trezentos bilhões de dólares ao ano para subsidiar produção e exportação de produtos agrícolas, dinheiro mais que suficiente para remediar a pobreza do mundo todo. Esse dado evidencia a injustiça das regras atuais do comércio internacional, desvirtuadas pelos ricos, que aprofundam e perpetuam o fosso entre o norte e o sul.

Em Cancún, não entrou em ação o unilateralismo da potência hegemônica global, os Estados Unidos, tido por muitos como nocivo em seus efeitos sobre

* Professor titular de relações internacionais da UnB e Editor da *Revista Brasileira de Política Internacional*.

Pós-II Guerra do Golfo: a perda do norte político inicial dos Estados Unidos

Virgílio Arraes*

“In the images of celebrating Iraqis, we have also seen the ageless appeal of human freedom. Decades of lies and intimidation could not make the Iraqi people love their oppressors or desire their own enslavement. Men and women in every culture need liberty like they need food and water and air. Everywhere that freedom arrives, humanity rejoices; and everywhere that freedom stirs, let tyrants fear. We have difficult work to do in Iraq. We’re bringing order to parts of that country that remain dangerous (...) And we will stand with the new leaders of Iraq as they establish a government of, by, and for the Iraqi people. The transition from dictatorship to democracy will take time, but it is worth every effort. Our coalition will stay until our work is done. Then we will leave, and we will leave behind a free Iraq”^[1]. George Bush

Tradicionalmente, os Estados Unidos sempre são considerados a mais sólida democracia capitalista, constituindo-se, em virtude da valorização da livre iniciativa, na terra da oportunidade para a imigração – inicialmente da Europa – de todo o mundo. Durante a Guerra Fria, com a alteração geográfica do perfil migrante, tal ideário consolidar-se-ia no imaginário ocidental e, quiçá, mundial. Todavia, ao longo de sua história, ser internamente um país democrático não significou perfilar, de modo irrestrito, o apoio a regimes similares.

Em diversos momentos, principalmente no transcorrer da bipolaridade, o país solidarizar-se-ia com ditaduras, não importando se isso se afiguraria como contraditório. Haveria mesmo momentos em que apoiaria a derrubada de regimes democráticos, sendo o caso do Chile, em setembro de 1973, extremamente emblemático. Entretanto, apesar da possibilidade da existência de um embaraço diplomático, a questão da democracia permeia, notadamente, a retórica de sua política externa.

Deste modo, soaria coerente, no discurso de sua diplomacia, a preocupação inicial com a transformação radical dos regimes políticos do Afeganistão e, posteriormente, do Iraque. Ambos estavam bastante afastados do relacionamento cotidiano da comunidade internacional. O primeiro, após ser um

dos últimos pontos nevrálgicos do convívio amero-soviético nos anos 80, por (auto) exclusão, em decorrência, principalmente, de questões religiosas, as quais não contemplariam, com simpatia, costumes ocidentais. Note-se que, apesar disso, o apoio norte-americano relacionou-se sobremaneira à derrocada soviética, ao frustrar-se a tentativa de fixar um regime comunista no país.

Sobrepular o comunismo a todo custo no 3º Mundo, sem importar-se com as conseqüências advindas desse radicalismo, parecia mais premente que preocupar-se com a disseminação de rotinas democráticas efetivas na vida política desses países, especialmente no Afeganistão, exaurido por quase uma década de intenso conflito;

O segundo, já no início da década de 90, por determinação da própria sociedade internacional, por meio de sua representação oficial – a Organização das Nações Unidas (ONU). Com a retirada das tropas iraquianas do Kuwait, o que decretaria o fim da I Guerra do Golfo, não haveria nítida preocupação em democratizar de fato tanto esse pequeno território bem como a nação dirigida a mão de ferro por Sadam Hussein.

A continuação das sanções econômicas estabelecidas pela ONU não propiciaria à ditadura iraquiana a sua queda, mas a sua intensificação. Mesmo nas áreas supervisionadas pela ONU – zonas

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

^[1] Presidente George Bush, ao proclamar o início da segunda fase da presença norte-americana no Iraque. In: www.whitehouse.gov/news/releases/2003/05/iraq/20030501-15.html

de exclusão – não se abordaria a questão, por exemplo, de ofertar à população curda a realização de um plebiscito relativo ao seu futuro político.

A ONU operaria meramente no campo econômico, ao ofertar ao Iraque a autorização para trocar petróleo por, principalmente, víveres e remédios. A justificativa para a limitação da autonomia comercial do país ligar-se-ia à determinação de o país eliminar completamente do seu programa militar o desenvolvimento de armamentos químicos e biológicos e a posse de mísseis balísticos com autonomia de mais de 150 quilômetros.

Sob justificativa de que o retorno de suas tropas ao país eliminaria o motivo para a continuação de sanções internacionais, o Iraque se recusaria a cumprir integralmente o teor do solicitado pela ONU até 1995, quando, em face de sua calamitosa situação material, mudaria bruscamente de posicionamento, ao aceitar os termos propostos e, deste modo, ter acesso a bens de primeira necessidade. Com isso, além de satisfazer parcialmente suas demandas mais urgentes, o país poderia intensificar as indenizações aos países considerados prejudicados pelo conflito, por meio de um fundo compensatório deliberado por arbitragem internacional.

Portanto, com vistas aos dois países, a primeira década da nova ordem mundial não inscreveria democracia como um firme desígnio tanto dos Estados Unidos bem como da ONU, ao menos do ponto de vista prático, porque, retoricamente, ela sempre figurará como propósito do pensamento neoliberal, bastando recordar a consagração da visão do fim da história, por exemplo, que prescrevia irmanados capitalismo e democracia. Após o atentado terrorista de setembro de 2001, não haveria modificação do quadro, visto que o discurso manter-se-ia o mesmo.

Por conseguinte, a presença americana nesses dois países anteveria o fomento ao desenvolvimento de instituições democráticas, após a eliminação de seus entraves principais – o apoio ao terrorismo, que

supostamente seria típico apenas de países ditatoriais. Com o estabelecimento de uma moldura política ocidental, que consagraria leis que disciplinariam impessoalmente as relações sócio-econômicas, haveria também a substituição do norte econômico vigente, com a efetivação das práticas neoliberais, que, em tese, estimulariam mais intensamente a retomada do crescimento.

No entanto, os dois vetores, estando o econômico subordinado ao político, em um primeiro plano, não se movimentariam com a mesma intensidade, de forma que as medidas econômicas alçariam o primeiro patamar, postergando para as calendas gregas o papel de destaque dos valores democráticos. A justificativa seria a necessidade de amenizar-se o infortúnio das populações, com o objetivo principal de garantir a edificação de um determinado nível de bem-estar mínimo, que satisfizesse os seus primeiros anseios materiais.

Perceber-se-ia, celeremente, que a democracia só lograria, na prática, presença secundária e mesmo temporária, se se observassem os casos anteriores. Desta forma, restaria a percepção para as populações atingidas diretamente de que a intervenção militar externa e a conseqüente troca de governo ocorreriam somente em função da convergência de novos interesses econômicos entre determinadas elites ocidentais e seus correspondentes internos.

Naturalmente, em face de sua formação, as alianças constituídas não cumpririam as promessas de transformações político-econômicas, enredando-se em um processo de longa transição, que fomentaria o surgimento de um nó democrático, ou seja, a incapacidade de conciliar o discurso democrático – bastante eficaz, muitas vezes, no convencimento do imaginário popular – com a prática – logo agonizante, porquanto afastada de medidas transparentes e realmente populares, – propiciando, com vigor indesejado, o gradativo retorno dos antigos grupos despojados, com métodos cuja principal característica é a utilização de exacerbada violência.

² O termo em inglês é *Road Map*. Além da tradução Mapa da Estrada que aqui utilizamos, também podem ser encontrados as seguintes variantes para se definir ao processo: Mapa da Rota e Mapa do Caminho. Para os discursos oficiais ver www.state.gov